

APRESENTAÇÃO COM QUESTÕES

*Leonardo Mello e Silva*¹

Este número dos Cadernos do Ceru está dedicado a uma tradição importante da sociologia do trabalho e da classe trabalhadora. Como se sabe, essa área de estudos é razoavelmente desenvolvida no panorama dos campos de especialização da sociologia, tanto em nosso país quanto fora dele. Existem sociologias do trabalho nacionais: francesa, britânica, norte-americana, italiana, latino-americana – cito as mais conhecidas de nosso público – e, naturalmente, brasileira.² As contribuições aqui reunidas estão influenciadas em grande medida pelo enfoque da história social do trabalho e em alguma medida pelo materialismo simbólico de Pierre Bourdieu, no que esse autor contribui para o entendimento da estrutura de classes na sociedade. Muito dos artigos escolhidos aqui para compor o mosaico das situações de trabalho fazem uso, direto ou indireto, dessas influências.

A tradição a que se fez referência é aquela que marca uma diferença entre o trabalho e a empresa, entre o reconhecimento de uma situação de desigualdade estrutural (na qual o trabalhador se insere), e uma outra que parte da relação de trabalho como um dado, isto é, como a realidade do mercado de trabalho, ou do contrato de trabalho. A diferença, portanto, é entre uma sociologia do trabalho e uma sociologia da empresa, ou da organização. Os autores aqui reunidos tomam resolutamente o lado da primeira, e não da segunda.

Tal tomada de posição significa entrar em contato com a complexidade da situação de dominação em que o trabalho se encontra, prestar aten-

¹ Professor do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP. Membro do CERU.

² O grau em que essa sociologia do trabalho brasileira seria verdadeiramente *autônoma*, com temática, problemas e instrumentos próprios de investigação, contudo, é uma outra história, que está fora do âmbito desta breve apresentação.

ção a suas manifestações culturais e subjetivas, suas formas de resistência e seus discursos desarticulados, entretanto demandando sentido.

A influência da sociologia do trabalho francesa se fará evidente, não apenas por causa da própria divisão disciplinar típica daquele contexto intelectual – a qual identifica campos particulares de investigação: sociologia do trabalho, sociologia do mercado de trabalho, sociologia das organizações, sociologia das relações profissionais etc. – mas também por causa do artigo que é a ponta-de-lança deste Dossiê, e em relação ao qual as demais contribuições que vêm em seguida giram em torno. Trata-se do artigo (inédito) de Michel Pialoux e Stéphane Beaud, *Partir para o trabalho de campo em Sochaux com 'Bourdieu na cabeça'*. Muitos ensinamentos podem ser retirados deste texto, e o que vem à mente imediatamente são suas reflexões metodológicas. Elas serão abordadas no seguimento desta Apresentação.

AS CONTRIBUIÇÕES: UM MOSAICO DE SITUAÇÕES

O Dossiê abre com o artigo de José Sérgio Leite Lopes, memorialístico tal como o de Pialoux e Beaud. Enquanto os segundos relembram sua relação e sua dívida para com Bourdieu, o primeiro relembram sua interlocução com o discípulo do grande sociólogo francês e, por tabela, esclarece muito sobre o próprio Pialoux e o ambiente intelectual de esquerda do final dos anos 1970 em que esse último se inseria, além de sobre o círculo de sociólogos que girava em torno de Bourdieu (a familiaridade com que discorre sobre toda essa história chega a fazer pensar que se trata de um texto francês). Mas é igualmente uma peça curta e preciosa de história intelectual da sociologia do trabalho brasileira, na letra de um de seus representantes mais ilustres, e por isso só o Dossiê aqui organizado já valeu a empreitada. Há idéias valiosas que mereceriam ser exploradas, como aquela que situa uma “*anthropology at home*” primeiro nas universidades da periferia ao invés do centro – observação muito oportuna num contexto onde a internacionalização das universidades é buscada hoje no Brasil como um objetivo acrítico e naturalmente benéfico –, e uma outra que lembra as “vantagens do atraso” em apropriar-se sem preconceitos de tradições e escolas intelectuais dominantes as mais diferentes e às vezes competidoras entre si.

A contribuição de Kimi Tomizaki, por sua vez, é importante porque traz a público pela primeira vez os achados da pesquisa que empreendeu entre os dirigentes do Sindicato de Metalúrgicos do ABC ao longo de três décadas. Esse trabalho dá continuidade à temática da transmissão intergeracional da cultura operária, o que a tornou uma referência nos estudos sobre a classe trabalhadora industrial no Brasil na atualidade. Refiro-me à obra *Ser Metalúrgico no ABC. Transmissão e Herança da Cultura Ope-*

rária entre duas Gerações de Trabalhadores,³ em que a apropriação da problemática de Beaud e Pialoux sobre a transição geracional como uma transição de tipo “fato social total” é posta em operação para o caso nevrálgico daquela cidadela operária brasileira, com vasto material e análise pertinente. O texto aqui apresentado continua a história, mas se debruça sobre um aspecto mais específico: a herança política (entendo por “política” aqui a política sindical).

As demais contribuições são de jovens sociólogos convidados a apresentar seus resultados de pesquisa, tendo como ponto de ligação o diálogo – implícito o mais vezes – com a abordagem bourdieusiana sobre classe social, luta simbólica e cultura, sempre guardando a filiação, contudo, aos temas, problemas e objetos da sociologia do trabalho. Estão cobertas áreas diversas de incidência dessa última: os serviços, o comércio informal, a agricultura, além do próprio trabalho industrial *stricto sensu*; o que as une não é nenhuma variável tecnológica ou organizacional, mas a experiência de dominação que atravessa todos os casos analisados: do jornalismo esclarecido às lojas de quinquilharias e bugingangas do Brás, mostrando, por outro lado, uma lógica subjacente persistente, às vezes mais clara, às vezes mais oculta, associada à globalização e à racionalização dos fluxos produtivos. Esse último não é um aspecto, por exemplo, muito desenvolvido na sociologia de Bourdieu (da mesma forma que a sociologia do trabalho também não o é), mas ele é absolutamente central para entender o que está em jogo no mundo do trabalho – e também ao que pode aproximar situações aparentemente tão díspares em termos de suas posições ocupacionais, como é o caso do jornalista, do operário, e da muambeira.

A diversidade das situações de trabalho, aliás, é o aspecto mais distintivo deste Dossiê. Todas, no entanto, se encontram na medida em que o labor e o dispêndio de energia orientado pela necessidade de sobrevivência continuam muito vivos e referenciando as balizas simbólicas dos atores, desde aquele que, em busca do emprego, trabalha (“ninguém fica parado”), como a do engenheiro que se vê desvalorizado socialmente, depois de muito ter trabalhado, passando pelos operários da real classe operária brasileira do presente, nos exemplos do setor metalúrgico, eletro-eletrônico e de cosméticos.

A primeira situação desse mosaico, citada acima, é retratada por Filipe Melo, que acompanha um programa específico de inserção no mercado de trabalho posto em ação por uma agência pública municipal, as suas vicissitudes e limitações, tendo como referencial o ponto de vista dos próprios envolvidos. A segunda situação do mosaico é um caso típico de reestruturação industrial de uma grande empresa nacional de ponta, e que ganha ares

³ *Id.* Campinas: CMU Publicações-Arte Escrita Ed., 2007, 430p.

de um drama social localizado, cujos primeiros esboços podem ser vistos aqui no breve relato de Vera Toledo Araújo, prometendo seguramente mais lances na medida em que a pesquisa evoluir. A terceira situação atualiza, com estudos pontuais e bem ancorados no terreno, os assuntos classicamente estudados pela geração anterior de sociólogos do trabalho no Brasil: respectivamente, o paternalismo industrial no contraponto com a rebeldia operária num importante baluarte do militantismo sindical (Diego Tavares dos Santos), a divisão sexual do trabalho na fábrica e a feminização das qualificações (Thais Lapa) e finalmente os métodos de gestão do fluxo produtivo que elidem o trabalho ao mesmo tempo em que promovem a responsabilidade social empresarial (Thiago T. Aguiar).

São muitas as entradas. Todas giram em torno de temas e problemas que são facilmente reconhecidos por quem frequenta o campo de estudos. Resta ver como tais temas e problemas podem sofrer um tratamento que fuja um pouco da abordagem trivial e algo repetitiva, oferecendo ao leitor de ciências sociais um ponto de vista renovado e, quem sabe, provocativo.

Parece que o texto de Pialoux e Beaud oferece essa possibilidade. Na conversa com os autores que o texto desta apresentação empreende, o fluxo das questões que levanta terá livre curso e a sua “amarração” dependerá um pouco da continuidade que poderá ter, eventualmente, nas pesquisas individuais mesmas.

A VAGA ETNOGRÁFICA: PONTO DE PARTIDA

Como é possível seguir a reflexão à guisa de balanço que fazem os autores franceses sobre a influência de Bourdieu no desenho da pesquisa e das escolhas metodológicas? A resposta poderia ser: pela trilha aberta pela possibilidade da etnografia.

Ao que parece, a etnografia, por assim dizer, venceu. Esse parece ser o recado do texto para a sociologia francesa (e não apenas a sociologia do trabalho). No entanto, marcam os autores, também venceram o interacionismo e o pragmatismo.⁴ Como interpretar essa confluência problemática de método que esconde, contudo, diferenças de concepção teórica de fundo sobre o objeto de investigação e sobre o lugar dela na explicação completa do fenômeno que contribui para desvendar?

Melhor seguir o atalho oferecido pelos trabalhos apresentados neste Dossiê, isto é, pelos exemplos vindos do trabalho de campo.

⁴ Ora, não são essas duas correntes, aliás, os dois lados da versão da “razão subjetiva” tematizada por Max Horkheimer no seu texto “duro” do projeto da teoria crítica, que é “A Eclipse da Razão” (1955)? Fica como nota indicativa de uma afinidade eletiva entre a abordagem de Bourdieu e a proposta de uma sociologia crítica exposta no programa da Escola de Frankfurt.

Começando pelas contribuições que fazem uma associação explícita com a obra de Bourdieu: Thiago Aguiar chama a atenção para os comentários de Michael Burawoy sobre esse último, quando aquele autor localiza em seu próprio trabalho sobre o *making-out* (*Manufacturing Consent*) a problemática de Bourdieu sobre o operário industrial taylorizado que não resiste à organização do trabalho e em que o interesse não pode ser “desinteressado” justamente pela pressão da necessidade. Thiago mostra que em ambos os autores a “dupla verdade do trabalho” mobiliza recusa e fatalismo, rebeldia e resignação, como duas faces da mesma moeda: os operários que não se revoltam são também aqueles que encontram pequenas (ou às vezes grandes) compensações no trabalho (o jogo do *making-out* é uma delas; a avaliação “positiva” do próprio trabalho alienado – do qual se esperaria revolta - é outra).

Isso nos remete de novo a Pialoux e Beaud.

Eles nos lembram, em passagem extensa reproduzida no artigo, o tratamento de Bourdieu para o interesse do operário em fazer bem feito o seu próprio trabalho, como a aproximação entre disposições e posição – aqui, a posição justamente do operário profissional, para o qual não seria descabida a caracterização de uma “vocação” (no mesmo sentido das atividades intelectuais, como o artista e o intelectual, referidos na citação). Seguindo essa linha de raciocínio, as disposições do operário não-profissional poderiam explicar sua relativa indiferença ao trabalho que executam. Essa é uma hipótese que pode servir para iluminar os comportamentos que, privadamente localizados, são contudo estruturalmente situados. Assim, Bourdieu teria, sim, algo a dizer sobre a “crise da sociedade do trabalho”. Essa última seria, então, a crise das posições relativamente assentadas – como os empregos, os postos, as classificações e os salários que lhes correspondem – assim como das disposições que lhes estão associadas (a “cultura operária”, como se verá abaixo). A crise da sociedade do trabalho seria a crise do operário profissional (no Brasil, o operário dito “qualificado”), ou, no máximo, do operário fordista, que combina o trabalho pouco significativo taylorista com a possibilidade dos contratos (e direitos) coletivos.⁵

Do ponto de vista metodológico vem uma notação importante: a possibilidade de falar da classe (de uma situação social compartilhada) a partir da trajetória e da biografia de um único personagem: o operário Christian Corouge, da Peugeot de Sochaux. Trata-se de um “trabalho sobre um indivíduo”, como atestam Pialoux e Beaud.⁶

⁵ As formas institucionais do fordismo como que “civilizam” a desqualificação operada pelo taylorismo no processo de trabalho. Essa parece ser a dialética de regulação e crise do capitalismo durante os chamados “Trinta Gloriosos”.

⁶ De passagem, é curioso também como oscila o tratamento do sujeito da autoria do artigo, por vezes singular (o “eu” de Pialoux assumindo à frente, como que a confirmar, pela antiguidade, a familiaridade no relacionamento

A construção do grupo operário não pode prescindir da análise da cultura desse grupo, e também da constituição da sua representação política. Cultura e política estavam, no relato, intimamente relacionadas, sendo a classe, então, a representação-da-classe (inclusive na esfera política). Um “partido da classe operária” só dessa forma poderia ser concebido sociologicamente e, o que parece mais paradoxal, ele poderia ser, inclusive, um partido que unifica as linhas-de-força do tradicional, ao invés do moderno (a classe operária francesa tradicional em sua luta contra os “permanentes”⁷ reaviva um sentimento de grupo à parte que os coloca do lado dos pequenos que se opõem aos grandes, dos que buscam a salvação ao invés de serem agentes da restituição da racionalidade cindida etc.).

Por fim, vale a pena também atentar para o procedimento do pesquisador em buscar o isolamento em relação a suas próprias referências sociais próximas, a fim de poder ter a total disponibilidade para acolher os sinais e os fluxos emanados dos outros e de seu meio, extraindo do contato com a paisagem nativa o máximo de rendimento de estranhamento. Pialoux, ao lembrar seus primeiros contatos com a fonte que mais tarde se tornará a verdadeira mina do tesouro de todo o empreendimento sociológico em Sochaux, deixa transparecer um quase deslumbramento que orienta a decisão pessoalmente radical de cortar os laços com a família, o trabalho, a universidade e as preocupações mezinhas do cotidiano (nota 16 do texto de Pialoux e Beaud). Isolamento que é a condição da profunda imersão no terreno, e que projeta uma espécie de dureza auto-inflingida, beirando a entrega sacrificial, porém necessária para obter um material que somente o confronto do pesquisador com a inteireza da experiência social desconhecida pode fornecer. Esse é um recado que pode até mesmo tomar ares de um certo romantismo proporcionado pela aventura antropológica, sem dúvida tentador para a juventude (cortar os laços, fazer uma experiência radical de alteridade etc.), mas que, na visada retrospectiva, ganha uma feição de drama realista e refletido. No aspecto, portanto, do depoimento oriundo de grandes praticantes do campo, temos aqui uma notação a levar em conta.

com Corouge), por vezes plural (o “nós” incluindo Beaud, como que a lembrar a completude do projeto, adicionando mais elementos ao caso da Peugeot-Sochaux do que o diálogo de longa duração entre Pialoux e Corouge). De fato, toda a vez que o texto remete à relação Pialoux-Corouge, é esse primeiro quem fala, enquanto que quando ele desliza para uma apreciação mais contextualizada e geral, são os dois autores que aparecem. Por outro lado, um terceiro autor, oculto na assinatura, mas completamente presente no desenrolar do texto, é o próprio Corouge (que comparece, aliás, como co-autor do livro *Resister à la chaîne* (C. Corouge & M. Pialoux, 2011). Esses deslizamentos da autoria podem ser vistos como uma aplicação radical da reflexividade sociológica posta em ato, quase transbordando os *canons* do campo acadêmico e suas formas normais de consagração.

⁷ Aqueles sindicalistas que, no jargão brasileiro, estão “fora da fábrica” e se burocratizam em postos que os afastam da “base”.

QUESTÕES TEÓRICAS QUE ESTÃO “NA CABEÇA”

As “grandes questões teóricas” colocadas pela obra de Bourdieu, segundo Pialoux e Beaud, na virada dos anos 1970 e 1980, são, entre outras, aquelas da representação política (já esboçada acima), do mecanismo da delegação e do porta-voz. Elas atingem em cheio o mundo do trabalho e do sindicato, uma vez que essas questões transitam com frequência o ambiente do militantismo e da organização do grupo de trabalhadores.

Mas elas têm uma maneira particular de lidar com os problemas políticos, que é tratá-los segundo a lente “reducionista” da sociologia – afinal, a única lente possível para o sociólogo. O problema da politização das questões privadas da fábrica (da organização despótica do trabalho, por exemplo) passa a ser vista sob uma outra grade de leitura – não a de um movimento de publicização de demandas e de construção de um mundo comum: o fundo de igualitarismo proporcionado pela idéia democrática – mas pela possibilidade de fala e de sua plausibilidade e reconhecimento de outros atores, situados em outros níveis da escala social, e em geral ciosos de suas posições conquistadas, sem pendor para cedê-las sem luta. A vida social nesse cenário, de embate permanente, torna a problemática política, com seu repertório moderno de categorias, inútil porque dissolvida pelas lutas de representação, nas quais os operários – como grupo dominado – estão metidos. Dessa forma, as lutas de representação *são* a política, sem outra expectativa de postulação de categorias fora da própria luta dos dominados por afirmação de sua vontade, por assim dizer, de ser igual (assim como a vontade da classe dominante é a de *não* ser igual, mantendo o seu diferencial distintivo etc.). Assim, a visão de classe esposada por Bourdieu é complementar às “grandes questões teóricas” que ele trabalha. As classes – e sobretudo a classe trabalhadora, dominada por excelência – lutam por se fazerem ouvir antes de lutar para tomar o poder, ou instituir a democracia no local de trabalho, ou a democracia dos produtores diretos, ou a democracia dos cidadãos não proprietários, ou a democracia dos homens pequenos etc.: essas insígnias políticas deixam de ter um apelo transformador cativante na medida em que são vistas como abstrações dolorosas por se afastarem demasiado da cultura vivida que, na verdade, nessa linha de entendimento, justifica aqueles investimentos solenes e suas chamadas abstratas.

Quando um operário expõe sua visão do mundo, ele expõe simultaneamente todo o “peso” desse mundo – a miséria do mundo. Seguir os passos dessa experiência de opressão é um caminho que pode ser seguido tanto por meio de casos agregados quanto de uma trajetória particular – como parece ser o caso de Christian Corouge, que funciona à guisa de uma biografia sociológica para os autores do texto, tomando-o como exemplo representativo das coisas que têm a dizer sobre a classe. Corouge “organiza uma visão do mundo coerente” do mundo do trabalho, e ao fazer isso ele

toca nas “grandes questões teóricas” ao expor as “antinomias” a que está submetido alguém que pensa sobre a sua própria condição. A representação política é sempre, no fundo, um roubo (ou um empréstimo) de sentido mais ou menos consentido da própria experiência; o mecanismo da delegação é uma subtração da própria ação, tornada quase impossível pelo peso funcional da esfera da necessidade (a jornada, a família, os demais interesses), enquanto que o porta-voz é alguém que transita entre a tomada de consciência espontânea e a sedução de tornar-se elite.

Um outro aspecto muito interessante da relação entre entrevistador e entrevistado (Pialoux e Corouge) é a tentativa de reescrever o próprio relato, abolindo as localizações de perguntas e respostas, fazendo ao fim uma só escritura, trabalho de interpretação total entre a fala do próprio entrevistado e as reflexões do entrevistador. Esse aspecto dialógico do relato etnográfico teria como resultante a admissão de uma autoria no mínimo dual; no limite máximo, coletiva (em se tratando de muitos informantes simultâneos numa mesma ocasião de entrevista, ou em ocasiões separadas no tempo), e aboliria a pretensão mesma de uma autoria cortada de seu entorno significativo – embora não abolisse ainda a idéia de um “sujeito do conhecimento” relativamente separado de seu objeto. É muito rica essa indicação, um ponto alto da reflexividade sobre a situação do sociólogo no campo – assim como muito franca e ousada do ponto de vista das pretensões de consagração científica pessoal que as regras da academia exigem. Pialoux e Beaud parecem, nesse ponto e num pé de página, hesitar em tomar esse caminho, ao identificar numa tal estratégia de re-escritura dissolvida de papéis (entrevistador e entrevistado) uma possível objeção de não objetividade, ao misturar o que deveria ser separado (a fala do entrevistado e a pergunta do entrevistador) para que o julgamento do leitor pudesse, ele próprio, medir as influências do segundo sobre o primeiro. A re-escritura reelaborada, nessa chave, não passaria de uma estratégia de esconder o jogo, ao invés de um instrumento metodológico de interpretação legítimo – ele seria, no fundo, uma impostura do pesquisador, ao confundir o seu “senso” com o “senso” da realidade de seu outro (seu objeto de pesquisa), forçando um “senso comum” que no fundo não existiria. Por isso seria melhor manter as falas separadas. Mas, pergunta-se: a situação de interlocução dialógica não supõe *nenhuma* pretensão de transformação dos sentidos originais dos interlocutores (mesmo em se tratando da situação privilegiada, vá lá, do pesquisador em relação ao pesquisado?) A obsessão com a queda subjetivista que a narrativa interpretativa permite, nesse caso, não levaria, por outro lado, a uma auto-limitação forçada e artificial que proíbe ao autor chegar às conseqüências últimas de sentido de sua própria reconstrução do mundo? Faria sentido, ainda, o pudor com a transparência dos protocolos de investigação num momento em que sua ativação constante no texto levasse a uma para-

lisa da própria interpretação? Em que momento da argumentação a queda subjetivista *não* se faz, não está presente?

Essas dúvidas persistentes que freqüentam as lições metodológicas reaparecem sempre nos (bons) textos de pesquisa e nas etnografias provocativas – como essa das *Croniques Peugeot* – as quais nos permitem reavaliar as “grandes questões teóricas” de um autor tão poderoso na sua influência e na sua presença intelectual.

Mas uma série de perguntas fica na sombra, sem vislumbre de resposta satisfatória. Por exemplo, trabalhar sobre o “conteúdo objetivo” do relato de Corouge fica sempre em dívida para com o que é possível extrair dele, como se o relato estivesse sempre “incompleto” quando não fosse dada a palavra, finalmente, ao próprio Corouge (seção 4 do texto de Pialoux e Beaud: “Palavra operária/ palavra militante/ porta-voz...”). Ou então, quando ficamos sabendo que um prodigioso trabalho anterior de encontros e de conversas entre o pesquisador e o pesquisado (Pialoux e Corouge) ficou como a ante-sala não explicitada (2º§ da seção 4 *cit.*) do produto final apresentado (a versão final), deixando entrever como é importante esse investimento inicial em “quebrar o gelo” da situação de entrevista, em estabelecer uma cumplicidade de conhecimento (querer saber) entre um e outro. Restam as indicações dos “ecos das entrevistas anteriores”, não gravadas. Então, é como se uma tensão permanente entre uma interpretação assumidamente radical na sua caída empática, por um lado, e a pretensão explicativa objetiva, por outro lado, ficasse sem solução. Justamente essa tensão (“que se veja ou que não se veja” [os tais ecos das entrevistas anteriores]) é o aspecto interessante do relato franco da pesquisa na Peugeot de Sochaux que temos diante de nós, e que pode eletrizar os estudantes (uma série deles, aliás, está aqui neste Dossiê) que vão a campo com intuições, digamos, pouco burocráticas. Um aspecto incontornável de arbitrariedade autoral impera.

Movendo-se agora das questões metodológicas para aquelas que cariz mais substantivo, vale a pena marcar um incômodo com a interpretação bourdieusiana de crítica implacável às representações dominantes (incluindo aquelas da política, que faz falar o pobre pela gramática dos poderosos). Trata-se do fato de que ela leva de roldão todas as iniciativas históricas de re-uso e re-interpretação daquelas noções “sábias” em instrumentos de luta nem tão sábios, por parte dos despossuídos de cultura e de poder.

Talvez nem sempre o patrimônio moderno da política seja desapontador ou mistificador para as classes populares. No Brasil, as lutas democráticas dos “de baixo”, dos dominados, tiveram na chave da política e da publicização do espaço público sua conotação social, radical e igualitária, resolutamente anti-distintiva. Foi empunhando a bandeira do “direito a ter direitos” que eles, os dominados, foram retirando o manto da ignorância de sua própria

capacidade de mudança da situação em que se encontravam, escondida que estava sob as representações que as classes dominantes faziam deles: incapazes, ignorantes, deseducados, incivilizados ou mesmo ingênuos – necessitados, portanto, de um guia, seja o Estado ou o patrão. No uso e reinterpretação das noções de participação, engajamento, ação direta ou representativa estava um potente solvente sociológico para as desigualdades e a percepção da dominação e impotência que, em geral, se segue a essas últimas. Portanto, há que se ver com certa cautela a associação fatalista entre noções dominantes da política moderna e noções da política dominante, como se toda a reivindicação pela palavra legítima do grupo – especialmente do grupo operário – fosse uma espécie de usurpação da fala e de exercício da violência cultural e simbólica. No Brasil – e contrariamente ao que parece ter sido o caso da França e dos países europeus (vide a referência a Habermas na seção 5 “Analisar os limites da ‘entrega de si’ no meio operário”) – não se tratava de um problema de “despolitização”, de “desafetação” da política ou de “apatia” cívica por parte das classes populares, mas ao contrário, de politização dessas mesmas classes.

Mas tirante esse elemento de incômodo, o restante da confrontação do texto dos autores da escola de Bourdieu com as questões que suscita, originárias de influências diversas, é sempre muito promissor e desafiante.

Notavelmente rico e cheio de consequências é a associação entre a percepção genérica da dominação exercida contra a classe operária, na fala de um de seus intérpretes nativos (Corouge), e a condição realista em que é posto esse mesmo intérprete na organização capitalista do trabalho: trabalhador taylorizado, mero apêndice das máquinas, reproduzidor de um trabalho sem qualquer conteúdo significativo, tarefas banalizadas efetuadas sem fim. Condição de classe, situação de classe e discurso de classe (palavra e linguagem: vide seção 4 *cit.*) dessa vez se sobrepõem, como uma linha lógica sem sobressaltos, reforçando-se uma às outras (condição, situação e discurso). É o caso, já mencionado anteriormente, em que se pode mobilizar as noções de “posição” e “disposições”, como que a pontuar a disjuntiva genérica entre “estrutura” e “ação”.

Outro tópico sensível posto em relevo pela abordagem de Bourdieu diz respeito à questão da representação – a qual já foi em várias passagens levantada aqui.

O representante do grupo (sua palavra), como militante, é alguém da base, que se “identifica” com ela (gente como a gente). É dessa palavra militante que se extrai o poder sindical e, daí, a política do trabalho. Pode-se notar o quanto de significação tem, numa organização ou numa fábrica, a disputa pela mediação entre o grupo operário, de um lado, e as gerências e o pessoal de enquadramento, por outro lado: quem fica no meio faz a passagem de uma cultura (a cultura espontânea do grupo) para outra (a cultura

formal da organização): dois registros que podem não estar – e frequentemente não estão – em sintonia, advindo daí muitos mal-entendidos. A disputa é confirmada pelos casos em que os gerentes, sabendo do *enjeu*, entram na luta cultural e procuram colocar, estrategicamente, operários de confiança nos lugares de mediação e passagem. É o caso das eleições em certas comissões de fábrica, CIPAs, representantes sindicais, células de produção, comissão de P.L.R. e outras. Disputa pelo poder no lugar de sua enunciação viva. Muitos estudos de sociologia do trabalho já haviam chamado a atenção para esse ponto.

Além disso, indo mais a fundo, pode-se dizer que o grupo operário não preexiste ao representante. O representante cria o grupo. E isso mesmo em contextos de crise das práticas sindicais e da própria idéia de “trabalho” e tudo aquilo que está associado ao mundo do trabalho.

Outro tópico da confrontação tem a ver com a história, ou de como o relato etnográfico proposto como estilo narrativo forte da sociologia pode conviver com as demandas de historicização do material de campo.

Ora, a pontuação histórica para a narrativa de Pialoux e Beaud não pode ser desprezada no balanço geral do argumento que conduz o artigo, bem como da obra que lhe dá o suporte (o *Retour sur la Condition Ouvrière*⁸): as mudanças nas formas de organização do trabalho do setor de atividade, na virada dos anos 1970 para os anos 1980 (5º§ da seção 5 *cit.*) fornecem o contexto preciso da situação, como um pano de fundo estrutural. Tais mudanças reverberam igualmente no próprio trabalho de representação e das práticas militantes que lhe acompanham. É o mesmo pano de fundo encontrado nas demais contribuições do Dossiê, com a ressalva de que, no caso brasileiro, a mudança das práticas sindicais inclui o deslocamento da luta no local de trabalho – e as disputas políticas aí presentes, em direção a uma institucionalização mais pesada do aparelho sindical, atingindo o seu pico com o Governo Lula –, até o presente, com a relativa melhoria do padrão salarial das diversas categorias de trabalhadores afastando o foco dos sindicatos dos chamados “problemas do chão de fábrica”. Na verdade, a mudança geracional do sindicalismo e de seus dirigentes – conforme detectada por Kimi Tomizaki – acusa aquela mudança maior, que já vem de algum tempo, de modo que a mutação geracional deve ser encarada menos como causa e mais como a resultante de uma transformação mais profunda (dos métodos de produzir, das formas de contratação, dos modos de auferir a produtividade etc.). Caso contrário, “geração” permanece como... apenas uma palavra.

⁸ *Retour sur la Condition Ouvrière*. Paris: Fayard, 1999. Já traduzido para o português [*Retorno à condição operária: investigação em fábricas da Peugeot na França*. São Paulo: Boitempo, 2009].

Outros tópicos trabalhados por Pialoux e Beaud em seu texto são: a questão da despossessão operária e a crítica à ilusão monográfica. Essa última espelha a mesma questão que foi alvo da objeção de Burawoy endereçada ao seu próprio trabalho, circunscrito ao estudo de caso da fábrica metalúrgica em *Manufacturing Consent*.⁹ O que ele observa em relação a si mesmo como um elemento intelectualmente limitador é o confinamento do estudo das relações de trabalho a um exemplar específico e tido como único, perdendo a conexão (e as relações) com o todo, que seriam: os casos análogos e a comparação com espécimes diferentes que diluem a exemplaridade, mostrando um cenário mais abrangente e mais complexo em termos de explicação e escopo etc.¹⁰ Dizem os autores (8º§ seção 5 *cit.*): uma seção deve ser comparada com outra seção da mesma fábrica; uma fábrica deve ser situada em seu contexto econômico local, e no contraste com outras fábricas de outros setores no mesmo local (o que supõe uma mesma “bacia de emprego”). Completaríamos nós: uma fábrica de um determinado grupo econômico deve ser comparada com outra fábrica do mesmo grupo, mas de diferente ramo, por exemplo; a filial com a matriz; a filial e a matriz com suas concorrentes... e assim por diante. Tal princípio metodológico destaca prudentemente o procedimento etnográfico do “caso” alijado do contexto histórico, político e econômico, tal como advertem as correntes críticas à abordagem da Escola de Chicago. Porém, dizem ainda os autores, a escrita deve ser aquela baseada no estilo etnográfico do estudo de caso. Parece paradoxal, tendo em vista o que foi dito antes. Mas é a exemplaridade que condensa as relações e as comparações, implícitas ou explícitas, já trabalhadas ao longo da exposição; resta como um critério de larga arbitrariedade e escolha pessoal, delimitada, contudo, pelo próprio objeto. Os autores tentaram aplicar esse ensinamento bourdieusiano, mais prático - demonstrado através de pesquisa; no caso, o texto *Celibat Paysan* - do que teórico, em seu próprio trabalho em Sochaux-Montbéliard. A inspiração e a influência (Bourdieu na cabeça), como se nota, não é temática ou objetual (Bourdieu nunca fez sociologia do trabalho, nem nunca se interessou diretamente por operários fabris da classe operária), mas teórica.

Afora a crítica à ilusão monográfica, o outro tópico levantado pelo artigo de Pialoux e Beaud é o da despossessão operária. Muito presente nos relatos memorialísticos e militantes, o assunto é confrontando com a tônica no miserabilismo e na vitimização que os críticos da sociologia do trabalho em geral assestam contra a disciplina e suas escolhas temáticas, em nome

⁹ Veja-se Michael Burawoy: “*Manufacturing Consent Revisited*”. *La Nouvelle Revue du Travail* 1, 2012. In <http://nrt.revues.org>

¹⁰ Na verdade, o próprio Burawoy respondeu a essa auto-percepção de limitação com o conceito posterior de “regime fabril” em obra subsequente a *Manufacturing Consent*. Veja-se do autor, *Politics of Production*, London: Verso, 1985.

de uma abordagem mais “objetiva” e menos “parcial” que o acento nas carências e nas opressões de classe impõe como um peso moral – nunca científico – ao pesquisador e seu público de “crentes” ou “companheiros” – jamais de leitores esclarecidos e capazes de juízo racional. É muito oportuno que esse tópico tenha surgido do lado de uma tradição mais próxima do estruturalismo do que das narrativas da “experiência” e do “vivido”, inimigos contumazes do primeiro. O que se pode dizer a propósito dessa oposição persistente (que, de novo, reproduz num outro nível, mais filosófico talvez, a oposição entre estrutura e ação) é que o olhar sobre as classes trabalhadoras e as classes populares em geral convida a uma reflexividade sempre mais apurada do pesquisador que, exatamente pela posição que ocupa na relação com o informante e nas implicações de sua pesquisa como consagração individual, encontra-se menos imune àquela despossessão. Falar sobre a despossessão do outro exige um apuro redobrado para todos os aspectos da relação de entrevista, que vão desde a linguagem até o que não foi dito, passando pelo domínio mínimo dos códigos de sentimento, pudicícia e extravasamento que rondam o universo do informante, muitos expressos numa linguagem não-verbal.

Outro aspecto do relato do artigo de Beaud e Pialoux que deve ser ressaltado está ligado à localização da influência teórica do marxismo, que aparece no fato da própria escolha do objeto (o estudo da classe operária). Com respeito à explicitação da trajetória do segundo autor, isso fica muito claro no relato (6º§ da seção 2 “Pesquisar sobre o mundo operário: dos textos de Bourdieu ao nosso itinerário de pesquisa”). É no seio dos embates intelectuais que atravessaram sua formação que deve ser buscado o projeto de uma caracterização analítica não-determinista ou economicista de classe social, em um momento onde, ao contrário, o peso dos determinantes econômicos – na forma de uma tendência de crise do capitalismo, de proletarianização das classes médias ou de aburguesamento operário – era muito presente como condicionante (ainda que em última instância) do comportamento e das ações sociais. Nesse sentido, pode-se pensar que, sem uma incitação trazida externamente, do ambiente intelectual – e político, de forma mais ampla – para dentro de onde são definidos os temas e objetos da investigação sociológica, determinados assuntos não são eleitos como relevantes ou dignos de estudo. Assim, a própria atualidade de um tema como “a classe operária”, bem como sua justificativa acadêmica, devem muito ao que se passa no campo do debate público – esse último, por suposto, capaz de rebater na definição das preferências dentro do ambiente universitário, captando desse modo a atenção dos novos talentos que fazem sua iniciação na área.

Trazer, portanto, novamente à tona um tema “velho” na sua contextualização intelectual é empreender ao mesmo tempo um ato de afirmação contracorrente à forma de imposição de problemáticas que não se preocu-

pa, por sua vez, em estabelecer uma conexão de sentido entre o real e o real refratado na sua forma intelectual, teórica e acadêmica. Se a classe operária saiu de moda, seria preciso perscrutar *por que* isso ocorreu, o que necessariamente tem uma explicação enraizada também nas relações sociais, antes do que apenas e unicamente nas idéias sobre essas relações. Ora, é possível retraçar essas razões nas lutas de classe que tiveram lugar para jogar para escanteio esse ator social de peso, o que implica chamar a atenção para a reestruturação produtiva das empresas, para o ataque ao Estado de bem estar social, para as escolhas tecnológicas dos grupos econômicos, para as políticas de gestão da mão de obra e todas as demais estratégias patronais e estatais que trabalharam para tornar implausível, no domínio simbólico, a tematização deste “objeto” – a classe operária.¹¹

Tudo isso está contido, misturado e envolvido na etnografia sobre a Peugeot de Sochaux, numa obra como o *Retour sur la Condition Ouvrière*; na fala cuidadosamente escolhida dos informantes e na descrição dos locais de trabalho e de estudo (quando se trata da escola). É possível, então, *falar* pela via da narrativa etnográfica, das “grandes questões” estruturais que acoassavam o marxismo, o qual, muito apropriadamente, postulava a relação necessária entre ideias e fatos. Essa relação não foi esquecida, de modo que a obra de Beaud e Pialoux se alinha, sim, dentro daquela tradição. Daí também a ideia de um “retorno” sobre a condição operária.

As contribuições deste Dossiê vão na mesma linha de afirmação da condição operária hoje. Elas não discutem teoricamente a pertinência da noção de “classe operária” (como fazia o marxismo dos anos 1970), mas dão importantes indicações de como esse debate pode ser reconstruído.

SEMENTES LANÇADAS E ENSINAMENTOS À VISTA

Há pelo menos três pontos importantes de significação de caráter geral (para os interessados nas implicações mais abrangentes da experiência de pesquisa aqui relatada) na trajetória de parceria sociológico-prática entre Michel Pialoux, o sociólogo, e Christian Corouge, o militante operário.

O primeiro diz respeito ao fato de se tratar de um caso típico de *biografia social* aquele a que foi submetido o segundo, nos moldes do que foi paradigmaticamente realizado por Norbert Elias para o gênio musical de Mozart. Um caso de alguém – mas então um alguém que é uma pessoa excepcional – que permite a leitura do seu tempo. Nos conflitos interiores,

¹¹ Dentro da escola bourdieusiana, o marco de ativação do circuito (ao modo de uma corrente elétrica) que une um pólo do fio (a pesquisa) com o outro pólo do fio (as condições objetivas de existência sobre as quais a pesquisa se debruça), fazendo daí surgir uma carga de energia potente e de alta voltagem crítica, parece ser a obra *A Miséria do Mundo*, que é de 1993.

no drama pessoal, nas hesitações e nas expectativas sobreavaliadas de suas próprias possibilidades, bem como no choque com a realidade de ver tais possibilidades esbarrarem em barreiras concretas, então imperceptíveis para a pessoa comum, tudo está muito bem traçado em um exercício de análise já percorrido antes (por Elias, mas que também poderia ser aproximado, por exemplo, do exercício que Florestan Fernandes fez com Tiago Marques, o bororo marginal), estendido aqui para o mundo dos subalternos e, em particular, para o mundo operário. A história social de uma pessoa que, por estar por assim dizer no lugar “certo” e na hora “certa” – no meio da bacia de emprego mais densa e populosa da França (a Peugeot de Sochaux chegou a ter quarenta mil operários) e na época “quente” das lutas do Maio de 68 operário – expõe inadvertidamente a história social de toda uma classe. Cabe ao sociólogo dar justamente a feição da advertência, retirar do frescor e do drama do relato o elemento pensado da coisa.¹²

Uma história que ainda pode ser algo parcial, porque, como as sociólogas do trabalho feministas podem bem levantar a propósito do personagem, falta a perspectiva *gendrada* no relato, e Corouge ainda aparece como o herói masculino. Neste Dossiê, a contribuição de Thais Lapa procura cobrir esse terreno deixado um pouco à margem. Seu estudo sobre duas fábricas de componentes eletrônicos, ambas de origem sul-corcana, é impressionante pela permanência de uma agenda de maldades que parecia já ter sido superada pelas relações de trabalho dos anos 2000. Ela mostra que não foi. Ao contrário, a sensação que se tem é que as evoluções da organização do trabalho (se é que se pode falar em “evolução” nesse domínio) deixaram intacta a divisão sexual do trabalho, tal como essa era identificada – e criticada – nas décadas anteriores.¹³ De todo o modo, o ensinamento sobre o emprego bem sucedido do olhar biográfico-social deveria ser um farol para a pesquisa sociológica das novas gerações.

Há, aliás, exemplos conspícuos da “nova geração” neste Dossiê. Além de Thais, já citada, vemos exercícios que seguem os passos deixados por uma obra como o *Retour* de Beaud e Pialoux em Diego T. dos Santos e seu estudo sobre um ícone do paternalismo industrial brasileiro no coração do sindicalismo moderno do país (o ABC de Lula e do Sindicato de Metalúrgicos que projetou este último). O mesmo cenário está presente no artigo de Kimi Tomizaki, como que a dizer para o leitor interessado no tema: se você quer comparar a Sochaux-Montbéliard onde está a Peugeot na França, com o

¹² Loïc Wacquant é um dos que demonstra muito propriamente as heranças – que ele toma pelo termo de *avatars* – durkheimianas na obra de Bourdieu, o qual por sua vez influencia todo o empreendimento biográfico-social investido na relação Pialoux-Corouge. Consultar o texto de Wacquant, *Durkheim e Bourdieu, as bases comuns e suas fissuras*, traduzido por Cibele S. Rizek para a revista *Novos Estudos CEBRAP* 48, julho de 1997, p. 29-38.

¹³ De uma história social da classe trabalhadora recente, portanto, seria preciso considerar a hipótese de uma regressão – ao menos com respeito ao que toca a organização do trabalho e, dentro dessa, ao menos no que toca ao papel das mulheres nela.

Brasil fabril, vá até São Bernardo! É ali que está a classe operária cuja morfologia (formação, corte geracional, tipo de processo de trabalho, peso político, presença local etc.) se aproxima mais do cenário que está por detrás da história pessoal de Corouge, na França. O que não quer dizer, obviamente, que seja a única classe operária que exista no Brasil: diferenças regionais, de ramos produtivos, de posição na cadeia de valor, de qualificação e outras têm sido apontadas, com razão, como relativizadoras de uma possível romanticização do operariado do ABC. Mas é inegável que esse último guarda muito significado para a vida social e política do país.

Há trabalhos, hoje um pouco esquecidos, que traçaram os contornos de uma cultura operária na região, como é o caso de “Peões do Grande ABC” de Luiz Flávio Rainho.¹⁴ Esquecidos, talvez, diante da urgência de salientar outros pontos mais determinantes à época, tais como o papel político dos operários na redemocratização, a possível criação de um partido baseado no mundo do trabalho (o que depois acabou acontecendo, com o PT), a suposta vocação libertária ou socialista saída da experiência das greves e encarnada na representação abstrata da “classe”... não havia muito tempo a perder, portanto, com as questões “menores” da caracterização *total* (no sentido do “fato social total” da escola francesa de sociologia) da classe operária como grupo social específico. Diego segue, a seu modo, os caminhos abertos por Rainho e atualizados para um período histórico muito diferente, já dominado pela reestruturação produtiva e pelo corte geracional que sobrepõe o “nós” *versus* o “eles”, celebrizados por Hoggart, para a relação “pais” *versus* “filhos”. Ele está atento para a importância dos elementos cotidianos da classe operária, tais como o são a cachaça, a música sertaneja e a desconfiança para com o intelectualismo enquanto óculos com o qual se enxerga o mundo. Permite, assim, ver de um ângulo mais rico a transição entre o chamado velho operariado (já agora aquele que dera ensejo, no final dos anos 1970, ao “novo sindicalismo” no Brasil) e o novo operariado que domina a língua inglesa, os usos do computador e da internet, almeja os padrões de consumo da classe média e orienta-se mais pela Participação nos Lucros e Resultados do que pelo salário fixo,¹⁵ tendo, por conseguinte, uma visão mais distanciada do sindicato.

É o mesmo diagnóstico morfológico encontrado por Thiago Aguiar, que estuda uma empresa “campeã nacional”¹⁶ do ramo de cosméticos. E o

¹⁴ Luiz Flávio Rainho, *Os Peões do Grande ABC*. Petrópolis: Vozes, 1980.

¹⁵ O significado da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) como estaca flexibilizadora do modelo da relação salarial fordista pode ser aferida em Leonardo Mello e Silva, “Trabalho e Regresso: entre des-regulação e re-regulação”, in F. de Oliveira, R. Braga e C. Rizek. *Hegemonia às Avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 61-92.

¹⁶ Esse termo é conferido, hoje, às empresas nacionais que são consideradas, dentro de seus ramos respectivos de atividade, aquelas que devem receber os subsídios e o apoio estatal para serem capazes de competir internacionalmente em um cenário de economia aberta e globalização.

retrato é complementado também pela contribuição de Leonardo Ostronoff para o setor bancário – que não é rigorosamente classe operária, mas que padece, em termos dos seus efeitos sobre a saúde, a subjetividade e a auto-representação como grupo social, dos mesmos problemas apontados para a primeira, dado que os métodos racionalizadores em vigência nos bancos são os mesmos que se observam nos espaços fabris. A organização do trabalho individualizadora e intensificadora é observada em todos os lugares para onde se dirige o olhar (faltou, nesse retrato, os espaços de trabalho da administração pública, que também vem sofrendo dos mesmos constrangimentos de aferição da produtividade: bônus, metas, assédio etc.). Um traço que une grupos de trabalhadores com situações de classe distintas. Nesse sentido – bem *thompsoniano*, aliás – são todos eles, esses grupos, “classe operária”, uma vez que a experiência de dominação é compartilhada, e em certos contextos fala mais alto do que as diferenças que carregam entre si.

O segundo ponto importante de significação mais geral é a interpretação da relação entre o sociólogo e o entrevistado como uma relação que opõe dois tipos de interesses, cada um correspondendo a uma dinâmica própria a um campo determinado: os interesses do sociólogo, que obedecem às forças e leis do campo científico e suas instâncias de consagração (diploma, tese, publicações, reconhecimento inter-parcs), e os interesses expressivos do entrevistado,¹⁷ que vislumbra na oportunidade o atalho para desvencilhar-se da condição limitada que muito conscientemente antevê para si. Esse é um ponto delicado, em que a interpretação que é proposta nesta breve Apresentação se afasta daquela que, à primeira vista, vê nessa última estratégia uma possível recusa da condição operária e a orientação volitiva direcionada para fora da classe, apontando para um desejo de mobilidade. Não se trata disso. Trata-se, ao contrário, da ativação das promessas de uma mudança de “mundo”, a que o contato com círculos de socialização mais amplos poderia conduzir – uma possibilidade que comunidades muito fechadas (como parece ser a cultura operária) costumam inibir.

O contato com os cineastas do Grupo Medvedkine, com o universo da cultura e da reflexão intelectual, enfim, instilaram em Corouge a esperança de negação da existência pautada pela racionalização taylorista do modo de vida, com pouco acesso a exercícios centrípetos da personalidade (aparentemente bem desenvolvida no caso dele), bem como de sua expressão. Assim, a “solidariedade objetiva de interesses” entre o entrevistador e o entrevistado não reduz as partes em relação a usuários maximizadores de ativos que podem ser valorizados em seus campos respectivos, pois – pelo menos no caso desse último – o “interesse” nada a tem a ver com o cálculo de benefícios materiais ou simbólicos validados imediatamente, mas com

¹⁷ Ponto recolocado pelo comentário de Bruno Monteiro às *Crônicas Peugeot*, de Michel Pialoux e Christian Corouge, Porto: Deriva Ed., 2003, p. 131.

uma espécie de recusa do próprio destino, percepção subjetiva de uma situação objetiva a que está relegado o operário (e que tem a ver com a questão da despossessão, já mencionada). O jogo entre o constrangimento da estrutura sobre o ator e o movimento do ator no sentido de escapar da estrutura – no mesmo sentido que Mozart queria escapar do ambiente limitado e medíocre de Salzburgo, na biografia social do músico pintada por Elias –, este é o aspecto didático do comportamento de Christian Corouge, expresso no relacionamento – na verdade, possibilitado por ele – exemplar com o sociólogo Pialoux e tudo o que este último representava enquanto aproximação do pólo intelectual e alternativo com que o primeiro sonhava. Ao mesmo tempo, o interesse em uma experiência lúdica e oposta ao destino operário, de acordo com uma personalidade pulsante e hiperativa, não conduz necessariamente ao desprezo pelos seus camaradas de condição. Tal é a lição que o próprio ator oferece, na racionalização misturada de ressentimento e generosidade que se extrai de suas falas: de como se vê parte dos outros, companheiros de seção, e ao mesmo tempo da crítica que assesta contra os que buscam representá-los sem nada suspeitar de sua verdadeira agonia e vivência. A conversa com o sociólogo Pialoux foi a oportunidade objetiva (e por isso cultivada por tanto tempo) que as condições objetivas de existência de um participante de determinada classe, por outro lado, não permitiam que fosse levada adiante.

O terceiro ponto importante que está relatado com a pesquisa de longa duração concentrada na figura representativa (e expressiva) de um único informante, tem a ver com o fato dela também ter se concentrado em basicamente uma única seção (a seção de carroceria, onde Corouge trabalhava na Peugeot), sem ter com isso perdido muito tempo com uma apreciação equitativa – em termos de suas características econômicas, tecnológicas e organizacionais – das outras seções da fábrica, assim como das demais fábricas do grupo, assim como das demais filiais do grupo etc. Ora, persistiu e talvez persista ainda, no ambiente intelectual da sociologia do trabalho realmente praticada, uma certa obsessão com a completude descritiva do local de trabalho que, se é fundamental para a etnografia, acaba se tornando um mito quando exige que as parcelas coletadas da realidade tenham todas o mesmo peso e significado na interpretação. Do mesmo modo, a obsessão com o desvelar das cadeias de implicação cliente-fornecedor, de resto relevantes para restituir a rede produtiva onde determinada fábrica está situada, não deve ser um obstáculo a ponto de sugar as energias da investigação, entretanto pleno de significados relevantes. Assim, fica o ensinamento: é possível fazer uma pesquisa longa, precisa, completa sobre uma seção de uma fábrica de um grupo econômico, num único local, sendo esta fábrica parte de um grupo que está em vários locais no mundo, e em relação à qual muitas outras pequenas e médias fábricas direcionam sua produção (as subcontratadas). Assim como também é possível fazer uma pesquisa

longa, precisa e completa sobre um único operário dessa fábrica (mas não foi exatamente dessa forma que a pesquisa de Pialoux e Beaud com Corouge transcorreu, como todos os seus leitores sabem). Mas, desde que o que importa não é a representatividade estatisticamente comprovada do caso, mas o que ele envolve,¹⁸ o recado continua sendo: é possível fazer sociologia do trabalho do estudo de apenas um caso.

O tema da biografia social, o tema da solidariedade objetiva de interesses, e o tema do estudo de caso são, portanto, três tópicos que valem como lições de sociologia aplicada porque, saindo de seu contexto de origem (o caso Corouge), podem ser pensadas como armas gerais de reflexão para outros casos e contextos, mesmo distantes da sociologia do trabalho.

Este Dossiê, aliás, está repleto desses casos. Há, por exemplo, a perseguição das cadeias de subcontratação, demonstrada dessa feita não tanto pela lente da manufatura e da indústria, mas pela lente do comércio: são as sacoleiras que funcionam como agentes de estabelecimento de um verdadeiro mercado de consumo para mercadorias de beleza e de roupas em um país como Guiné Bissau, na África. Uma rota transatlântica de pessoas (mulheres) que atuam como compradoras-vendedoras, desenhando um mapa da globalização que prescindem da figura do *trader* e até mesmo da produção (uma vez que a procedência das mercadorias compradas para revender alhures nem sempre precisa ser do país onde elas são inicialmente compradas), onde elas adquirem em São Paulo o que vão revender na África, seguindo uma lógica mercantilista estrita. Na contribuição de Paulo Gomes Vaz, portanto, o cenário do mundo do trabalho ganha um ar mais global, condizente com a agenda necessária para abordar os estudos de caso na realidade de hoje. Na situação da Peugeot de Sochaux, a globalização entra pelo lado da reestruturação da planta e da ameaça de deslocalização de seções ou partes para outros territórios: contração (da indústria) e não expansão (do comércio e das vendas).

Os outros casos que ilustram este Dossiê apresentam um mosaico rico e atualizado de realidades do trabalho em setores diversos. São eles o metalúrgico (Diego Tavares dos Santos), cosméticos (Thiago Aguiar), eletroeletrônico (Thais Lapa), bancário (Leonardo Ostronoff), aeronáutico (Vera Toledo Araújo), canavieiro (Higuchi e Bueno) e da mídia impressa (Michelle R. Oliveira). Esse último acompanha um episódio – que merece ser estudado mais detidamente – de ocaso do artesanato intelectual, ao qual o trabalho do jornalista estava associado quando os métodos de gestão racionalizadores ainda não tinham alcançado a sua prática profissional. O jornalista-herói das letras, com certa autonomia do seu *savoir-faire*, cede vez a um funcionário bem enquadrado pela corporação em protocolos de escrita e de apresenta-

¹⁸ Isso foi explorado de maneira exaustiva e inspirada no pós-fácio de Bruno Monteiro a *Crônicas Peugeot*, *op. cit.*, p. 123-191.

ção estrita e metódica da notícia como “produto”, muito próximo de uma definição que não fica nada a dever ao universo fabril. As conexões entre indústria e serviços podem ser estabelecidas aqui com grande nitidez para quem acompanha o relato da autora sobre as transformações nesse grande e influente veículo da imprensa de nosso país.

Uma ponderação possível para explicar a via racionalizadora do jornalismo escrito pode estar na crescente incorporação do meio eletrônico de processamento, difusão e organização do texto, assim como das ferramentas de composição do jornal, também elas dependentes mais e mais de pacotes de programas de edição padronizados. A sugestão segue a hipótese de que as ferramentas de certificação da qualidade (como as diversas normas ISO, por exemplo), tal como na indústria – para o que, aliás, elas foram originalmente concebidas – tornam mais constrangedoras e cerradas as formas de planejamento e de formalização da organização do trabalho, já que as seções e as atividades de quem trabalha nelas têm de ser convertidas numa linguagem básica que permita as interfaces rápidas de texto, imagem, pesquisa, bem como sua composição para efeito de edição. Essa nova forma de operar o texto pode ser tremendamente frustrante para o jornalista que cultivava um estilo “único” e que almeja ter um domínio sobre o seu texto.

Podem-se conjecturar que dilemas semelhantes podem ser encontrados em demais atividades consideradas “liberais”, tais como a do arquiteto e a do desenhista industrial que maneja o CAD (*Computer Aided Design*), por exemplo, em contraste com a prancheta, o papel e o *crayon*. No entanto, se a mudança em direção a um formato eletrônico de escrita, tendendo à padronização, tem um peso considerável na metamorfose do estilo do trabalho jornalístico, ela não esgota o conjunto das transformações operadas nessa atividade classicamente associada à liberdade de expressão e criação do texto, onde também uma margem de personalismo era tolerada na proporção mesma da distância em relação ao trabalhador subalterno. O artesanato jornalístico (tal como o artesanato intelectual propugnado por Wright Mills) persistiu ainda muito tempo ao lado e à parte da destruição do artesanato do profissional da manufatura. Longe de deter-se em um determinismo tecnológico, o texto de Michelle confronta os efeitos da proletarianização e da precarização do trabalho jornalístico com as formas de sua auto-representação (compartilhada pelos membros da cultura letrada): a figura do jornalista como uma espécie de “herói do espaço público”.

Ora, se a sociologia do trabalho desde há muito estabeleceu uma correlação historicamente fundada entre proletarianização e formalização do assalariamento quando se trata do operário da era industrial (cuja descrição paradigmática pode ser encontrada, por exemplo, nas obras de Alain Touraine e Robert Castel), o caso das atividades de serviço e intelectuais teve uma fortuna diferente, pois, no caso delas, é possível pensar numa tendência de

formalização desses profissionais (uma vez que se tornam, assim como os operários, assalariados) *sem* proletarização (porque ainda guardavam uma autonomia no fazer que não cabe mais aos operários industriais). Nos tempos atuais, a racionalização que toma conta das redações parece empurrar o jornalista – ao menos aquele que acede à condição de empregado formal, na base da escala de estratificação – a uma proletarização *com* precarização.

Um outro tópico interessante de reflexão trazido pela contribuição de Michelle R. Oliveira sobre o projeto racionalizador da *Folha de S. Paulo* é a possibilidade de compatibilização entre duas noções que a sociologia do trabalho costumava conjugar como antagônicas, quais sejam: taylorismo e democracia. Esse ponto é muito importante, pois explicitamente associa a excelência do método a uma definição formal de democracia: apartidarismo e pluralidade. De certa maneira, o método taylorista de organização do trabalho seria o mais adequado para essa forma política, enquanto que as consequências práticas (efeitos sobre o fazer do profissional de jornalismo e efeitos sobre o emprego da força de trabalho nas redações) e simbólicas (alienação do trabalho) ficam ocultadas. O texto de Diego T. dos Santos também enfrenta, a seu modo, a discussão sobre o significado do taylorismo e do fordismo (retomando indicações lançadas há muito tempo para o Brasil por autores como Luiz Werneck Vianna e Nilton Vargas), dessa vez acompanhando as vicissitudes das experiências de paternalismo industrial como um antídoto ideal dos primeiros, para no entanto problematizar a suposta incompatibilidade entre os dois “modelos” de tratamento da força de trabalho.

Por fim, detectar o inimigo dos novos métodos de gerenciamento da produção como a “corporação” dos jornalistas é igualmente um elemento comum do discurso modernizador da empresa reestruturada: daí para a demonização do sindicato, o passo é quase automático. Esse é também um elemento comum das relações de trabalho no Brasil, e confirma a intuição de usar o patrimônio de pesquisas já empreendidas nessa área para entender o projeto de reestruturação do fazer jornalístico na *Folha de S. Paulo*.

Completam o Dossiê duas resenhas. Uma, muito oportuna, a cargo de Carla Diéguez, detém-se sobre o livro lançado em Portugal, *Crônicas Peugeot*, organizado por Bruno Monteiro e contendo o essencial dos artigos escritos por Pialoux juntamente por Corouge, aparecidos inicialmente nas *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Na outra, Daniel Cunha analisa uma obra que trata da realidade do trabalho em Angola, marcada simultaneamente pela informalidade e pela renda petroléira.

No mínimo, o leitor tem a oportunidade de tomar contato aqui com uma amostra de pesquisas em andamento que partilham das preocupações convencionais da sociologia do trabalho, possibilitando uma atualização dos achados de pesquisadores de décadas anteriores, dando continuidade, portanto, a uma tradição bastante prolífica. Além disso, tem a oportunidade também de se deparar com dois balanços – um internacional e outro nacio-

nal – bastante representativos de uma determinada linhagem teórica da maior relevância e significação para as ciências sociais, como é o caso da linhagem bourdiesiana. Esses textos são apresentados pela primeira vez em língua portuguesa e guardam uma possibilidade de diálogo com outras áreas de especialidade (que não somente a sociologia do trabalho), bem como com outras disciplinas (a antropologia, por exemplo). Foi o que esta Apresentação se esforçou, no fim das contas, em mostrar.

Gostaria, por fim, de agradecer à Prof^a Christina de Souza Campos pelo cuidadoso trabalho de revisão de parte dos originais. Ela responde pela parte proba desse trabalho, não pelas eventuais incorreções que passaram, as quais cabem a mim. A bolsista Thaise Satiro de Sousa também deu a sua contribuição generosa de tempo num esforço que, no fundo, é de todo o coletivo do Ceru. Torna-se importante mencionar e agradecer o apoio recebido do Programa de Apoio às Publicações Científicas Periódicas e a Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo.